



**Organização e preservação dos registros documentais
do Pavilhão de Observações Clínicas do Hospital Nacional de Alienados**

CÁTIA MARIA MATHIAS

Apresentação

O presente trabalho consiste em um relato de experiência sobre os processos de preservação, organização e disponibilização do patrimônio documental denominado Coleção Memória da Psiquiatria Brasileira, considerando-se que a Instituição geradora e mantenedora destes documentos não possuía, até então, um setor específico para armazenar e tratar deste tipo de material.

Ao incorporar esta Coleção específica, a Biblioteca Prof. João Ferreira da Silva Filho, do Instituto de Psiquiatria da UFRJ – IPUB/UFRJ passou a aglutinar a função de repositório da memória da Instituição. O trabalho desenvolvido pelo Setor com esta documentação, serviu de incentivo à doação de novos documentos que foram agregados ao acervo, culminando com a criação do Núcleo de Memória Institucional e a inscrição desta Coleção no Registro Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO, em 2014.

Vale ressaltar que esta documentação foi gerada pelo IPUB/UFRJ, que teve a sua raiz histórica no Pavilhão de Observações Clínicas do Hospital Nacional de Alienados. Tal Coleção divide-se em duas fases: 1894 até 1938 – ano no qual o Pavilhão foi inaugurado até a sua transferência para a Universidade do Brasil; e de 1938 até o presente, considerando-se que é função do Núcleo de Memória receber doações, reunir e armazenar informações sobre a Instituição. O objetivo deste trabalho é descrever a trajetória dos documentos referentes ao período de 1894 a 1938, neste estabelecimento de ensino, pesquisa e assistência, assim como as respectivas atividades de preservação, organização e disponibilização deste patrimônio documental.

De Pavilhão de Observação à Instituto de Psiquiatria

O Pavilhão de Observações Clínicas (PO), também conhecido como Pavilhão de Admissão, foi criado pelo Decreto n.896 de 29/06/1892, da Assistência Médico-Legal de Alienados, onde, no artigo 26, indica que “haverá um pavilhão destinado aos doentes em observação, pelo qual transitarão todos os doentes gratuitos que tenham de ser admitidos”. No ano seguinte, o Decreto n.1559, de 07/10/1893, regulamentou o exercício administrativo,

financeiro e funcional desta Instituição, que teria a finalidade de avaliar gratuitamente os suspeitos de alienação mental enviados pelas autoridades policiais. Sua direção ficaria a cargo do professor catedrático da Clínica Psiquiátrica e de Moléstias Nervosas da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e de seu assistente. As despesas referentes ao funcionamento desta unidade seriam custeadas pelo Hospital Nacional de Alienados (HNA). Segundo Engel (2001:136), o PO teve origem na seção de observação preliminar do Hospício de Pedro II, criada em 1886.

A construção do PO iniciou-se em agosto de 1883, pelos empreiteiros Emygdio de Almeida & C. Foram inicialmente levantados três prédios - Magnan (seção feminina), Meynert (seção masculina) e administração (localizado entre as duas seções). As atividades profissionais e assistenciais foram iniciadas no dia 18/05/1894, data em que foi registrada a entrada do primeiro paciente a ser observado.

A 'observação' consistia em examinar, estudar e, dependendo do caso, tratar o 'suspeito de alienação'. O prazo médio para se formular um diagnóstico preciso era de 15 dias. Se fosse comprovada a alienação, o indivíduo era encaminhado para o HNA e se fosse declarado como não alienado ou considerado curado, após o tratamento recebido, ele era reinserido à sociedade. "Os casos de maior interesse clínico seriam conservados para as aulas e o Professor teria assim, sempre, um material clínico de primeira ordem e os alunos aprendiam perfeitamente, com constatação de *visu* daquilo que o Professor estava a expor", como nos relata Henrique Roxo (1942:4). Os pacientes, cujas moléstias despertavam interesse científico, permaneciam disponíveis para estudo pelo tempo em que o catedrático considerasse necessário, podendo este, inclusive, requisitar pacientes já internados no HNA, quando não houvesse casos interessantes no PO, comprovando que este espaço

"foi a materialização do princípio do ensino prático no âmbito de uma clínica nova e particular, a psiquiatria. Seria, aos moldes dos pavilhões de admissões franceses, como porta de entrada de um grande hospício, o melhor lugar possível para o exercício prático de uma nova especialidade."(MUÑOZ, FACCHINETTI, DIAS, 2011: 92).

Em 1901, foi criado o ambulatório destinado a consultas externas, gratuitas para doentes portadores de moléstias nervosas. Tais consultas tinham por objetivo servir como prática para os alunos da Faculdade de Medicina e, de acordo com a necessidade do caso, estes pacientes eram internados no PO ou removidos para hospitais comuns.

Nos fundos do prédio da administração, em 1905, existia um espaço para as atividades de balneoterapia e ginástica que, posteriormente, foi reformado e destinado ao estudo e prática da psicologia experimental. Em 1910, foi inaugurado pelo Ministro da Justiça e Negócios



Interiores, um novo pavilhão – destinado exclusivamente ao tratamento e internação dos portadores de moléstias nervosas. Este pavilhão foi denominado de Torres Homem.

Podemos dizer que o PO foi o primeiro hospital psiquiátrico universitário do Brasil, sendo precursor na integração entre ensino, pesquisa e extensão. A cadeira de clínica psiquiátrica - criada em 1881, não possuía, até então, espaço para as aulas práticas. De acordo com Nunes e Hoirish (2001:175), as aulas de psiquiatria passaram a ser ministradas no Pavilhão e eram facultativas aos alunos do sexto ano de medicina, tendo a duração de um semestre. Nas primeiras décadas poucos alunos a frequentavam, Medeiros (1977:82) esclarece que na época acreditava-se que "maluco teria de ser jogado no hospício onde dificilmente se curaria e pouca gente queria especializar-se em matéria na qual os rendimentos seriam tão pouco vantajosos". Apesar da baixa frequência, por parte dos alunos, o Setor disponibilizava para estudo e pesquisa: gabinete equipado com aparelhos e instrumentos para exame antropométrico (espaço onde ocorriam as aulas), gabinete eletro-terápico, dependências para hidroterapia e klinoterapia (terapia pelo repouso), sala de clínica (com diversas peças anatômicas para estudo e pesquisas), atelier de fotografia (visando registrar as diferentes fases da moléstia e a comprovação da identificação do observado) e um pequeno acervo de livros e periódicos científicos importados.

Durante o século XX, diversas mudanças ocorreram quanto à nomenclatura do PO. Em 1911, o Decreto n.8834 passa a denominar a unidade como Instituto de Neuropatologia. Na década seguinte, em 1927, ocorre nova reestruturação da Assistência a Alienados e a Instituição passa a chamar-se Instituto de Psicopatologia. Posteriormente, em 1938, o Instituto de Psicopatologia é incorporado pela recém-criada Universidade do Brasil a fim de formar o que ainda hoje é o Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro - IPUB/UFRJ.

No período de 1894 até 1938, o PO avaliou mais de 60.000 indivíduos: homens e mulheres; crianças de tenra idade, adultos e idosos; brancos, negros, brasileiros e estrangeiros que eram distribuídos entre as suas enfermarias, totalizando 72 leitos. Por esse espaço passaram pessoas simples e humildes, criminosos que abalaram a sociedade, agitadores da ordem pública ou que simplesmente cometeram atos contra a moral e os bons costumes da época. O escritor e cronista Lima Barreto, devido ao alcoolismo, teve duas passagens pelo PO, sendo a segunda relatada no seu Diário do Hospício – que serviu de referência para o seu romance inacabado *O cemitério dos vivos*. Ao longo desses anos, os indivíduos foram examinados e tratados não apenas com o conhecimento embasado nas teorias européias, mas a



prática psiquiátrica ali desenvolvida foi o germe da consolidação do saber psiquiátrico, dando-lhe *status* e permitindo a construção de uma ciência psiquiátrica genuinamente brasileira.

Trajetória dos documentos

De 1894 até a presente data, o PO-IPUB/UFRJ gerou numerosos documentos de ordem administrativa e registros médicos produzidos a partir da prática e saber psiquiátricos. Ao longode décadas, estes serviram de base para trabalhos científicos e poderão ainda contribuir com novas pesquisas, não apenas no campo da medicina mental como também das ciências sociais e áreas afins. Infelizmente, grande parte dessa massa documental se perdeu, principalmente os documentos administrativos, relegando ao esquecimento importantes registros sobre a trajetória da instituição em seus diferentes momentos políticos e sociais.

Inicialmente os documentos do PO ficavam armazenados no prédio da Administração. Na década de 1980, estes estavam localizados numa sala, embaixo do auditório Henrique Roxo, dentro do IPUB/UFRJ - um local completamente inapropriado, extremamente úmido, sem iluminação adequada e sem proteção contra a degradação por agentes físicos, químicos, biológicos e humanos. Em 1988 houve uma iniciativa de organização e preservação deste material, através da criação do Museu da Memória Psiquiátrica do IPUB, que tinha a intenção de preservar o acervo arquivístico e clínico da Instituição. Dois anos mais tarde, foi realizado um convênio de assessoria com a Biblioteca Nacional para fumigação, higienização e reestruturação dos livros de observações. Infelizmente esta iniciativa não foi avante.

Com a inauguração do novo prédio da Biblioteca, em 1999, esta coleção foi transportada para um de seus salões e somente em 2006 foi oficialmente incorporada ao acervo do Setor. Ao manusear estes documentos, foi observada a necessidade de tratamento diferenciado – era imprescindível adquirir conhecimentos específicos de acordo com a tipologia de cada elemento desta coleção, pois a longa exposição a condições ambientais adversas contribuiu para a degradação física dos documentos.

Era fundamental formular e implantar políticas visando o resgate da memória institucional do IPUB/UFRJ, a salvaguarda dos documentos, a organização dos dados e a disponibilização e divulgação do acervo para fins de pesquisa. A partir destas ações prioritárias, foi estabelecido um plano de trabalho com o intuito de por em prática estas atividades de forma mais racional possível. Este plano foi dividido em duas etapas, de acordo com a disponibilização de verbas para aquisição de materiais e mão de obra para a execução das atividades.

Metodologia de preservação, organização e disponibilização da informação

A primeira etapa do plano de trabalho foi constituída das seguintes atividades:

- diagnosticar o estado físico dos documentos;
- levantar a história institucional da Unidade;
- capacitar os profissionais da Biblioteca;
- definir e implantar técnicas e métodos de conservação preventiva (higienização, pequenos reparos e acondicionamento) de acordo com a tipologia da Coleção;
- inventariar a Coleção;
- separar e acondicionar o material de acordo com a sua tipologia.

A segunda etapa do plano de trabalho foi dividida nas seguintes ações:

- organizar os documentos – processamento técnico, localização física e inclusão de dados em bases e banco de dados de acordo com o conteúdo informacional dos documentos (algumas informações são confidenciais e merecem tratamento diferenciado);
- estabelecer formas de acesso seguro às informações – regras de acesso;
- gerenciar os riscos;
- divulgar a coleção – através de folders, catálogos e redes sociais.

Para diagnosticar o estado físico da coleção, foi solicitado aos técnicos da Fundação Casa de Rui Barbosa a identificação do grau de degradação da coleção. Tal medida embasou a justificativa para implantação das técnicas e métodos necessários à preservação dos documentos. O resultado da avaliação foi o seguinte: 20% do acervo encontrava-se em estado de conservação regular; 70% do acervo encontrava-se em estado de conservação grave; 10% do acervo estava em adiantado estado de deterioração.

A busca por dados históricos sobre o PO contribuiu para a melhor compreensão da história da Instituição como espaço de ensino, pesquisa e assistência, assim como dos personagens que fizeram parte de sua trajetória. Estes dados também auxiliaram no processamento técnico do acervo, atividade ainda em desenvolvimento na segunda etapa do plano de trabalho. Para manusear os documentos, executar as tarefas de conservação preventiva de acordo com a tipologia dos documentos e ter conhecimento necessário para conduzir a contratação de profissionais terceirizados para a realização de certas funções foi fundamental a capacitação do *staff* da Biblioteca através de cursos, treinamentos presenciais,



palestras, orientação com profissionais especializados e levantamento bibliográfico na literatura da área.

Como esta Coleção possui um número considerável de documentos, conforme descrito abaixo, optou-se pela contratação de uma empresa terceirizada que promoveu a higienização, retirada de clips, grampos e objetos metálicos que devido à oxidação, causaram danos ao acervo. A equipe da Biblioteca efetuou pequenos reparos – com material de qualidade arquivística – em alguns itens da Coleção. Após estes procedimentos, o material foi inventariado, separado e acondicionado de acordo com a sua tipologia dentro de arquivos deslizantes. Os livros de observações clínicas foram reencadernados, pois as capas originais, quando existiam, estavam muito danificadas.

Na segunda fase do plano de trabalho, ainda em execução, iniciou-se a organização do acervo através da catalogação, da definição de notação (para a localização dos documentos no acervo) e a utilização dos Descritores em Ciências da Saúde – DeCS, da Bireme, para a padronização da linguagem de indexação e recuperação das informações contidas nos documentos. Esta Coleção, com exceção dos documentos de cunho confidencial, está inserida na Base de Dados Minerva, da UFRJ – onde os dados referenciais dos documentos poderão ser acessados através da internet.

O acesso físico a este acervo se restringe às dependências da Biblioteca Prof. João Ferreira da Silva Filho, ou seja, somente podem ser consultados no local, mediante agendamento prévio. É indispensável que os usuários tragam uma carta de apresentação, em papel timbrado, formalizando o processo e expondo a importância e os objetivos da pesquisa nestas fontes. O uso de máscaras e luvas para manuseio dos documentos é necessário e obrigatório, visando à preservação. Caso haja necessidade da utilização de imagens, o pesquisador solicita autorização à Direção do IPUB. A fotografia é realizada sem flash. Estes procedimentos fazem-se necessários para resguardar o acervo de possíveis danos, dar subsídios para estatísticas de uso e traçar o perfil do usuário.

O gerenciamento de riscos é uma atividade contínua e imprescindível à preservação dos documentos. Faz-se necessária a captação de recursos financeiros para implantar medidas que irão minimizar a deterioração natural do papel e combater os agentes físicos e biológicos de degradação, evitando-se futuros danos e perdas a este patrimônio documental da psiquiatria brasileira. O local em que o acervo está armazenado ainda não se encontra em condições adequadas e deverão ser implantadas rotinas periódicas que irão auxiliar na conservação e preservação deste, como por exemplo:

- controlar a umidade – a Biblioteca não possui nenhum equipamento para medir a umidade relativa do ar; o controle correto da umidade traz maior garantia a integridade da coleção;
- controlar a temperatura – monitorar a flutuação da temperatura do ambiente;
- criar uma oficina de pequenos reparos, com materiais e equipamentos necessários a este fim – atualmente não dispomos de todos os materiais necessários a este processo;
- restaurar os documentos que se encontram em estado de conservação grave - este procedimento deverá ser realizado por especialistas, devido à fragilidade do papel;
- prevenir incêndios – precaver um possível risco de incêndio no prédio da Biblioteca através da manutenção preventiva, aquisição de equipamentos adequados ao tipo de acervo e capacitação da equipe;
- estabelecer rotina periódica de higienização e oxigenação dos documentos;
- avaliar periodicamente o local em que se encontra o acervo e o entorno da Biblioteca, a fim de detectar a presença de agentes de deterioração.

A divulgação da Coleção tem sido feita através de folders, mídias sociais da Biblioteca e de ferramentas de busca, como a Base Minerva/UFRJ.

Tipologia do acervo e potencial de pesquisa

Esta Coleção é composta por documentos manuscritos, textuais e em suportes iconográficos como fotografias e negativos em vidro, constituindo-se num raro manancial de informações de teor histórico, científico, social e cultural. Numericamente, a coleção corresponde a:

- 6 livros de matrículas de entrada, saída e diagnóstico dos pacientes - 3 para homens e 3 para mulheres (1894-1938). São volumes encadernados e com folhas editadas em gráfica, onde foram manuscritas as seguintes informações: nome, cor, nacionalidade, entrada, saída, diagnóstico e observações. Todos os pacientes que adentraram na Instituição foram registrados nestes volumes. Estes documentos trazem detalhes sobre as transformações do diagnóstico dos transtornos mentais ao longo das décadas;
- 465 livros de observações clínicas (1896-1938), encadernados. Os primeiros livros assemelham-se a cadernos e as informações contidas não eram padronizadas. De 1904 até 1908, as informações já obedecem a uma padronização. A partir de 1908, os registros passam a conter as fotos dos pacientes e os dados são anotados em dois modelos diferentes de fichas impressas: um completo para a primeira internação; no caso do retorno do paciente utilizava-se uma ficha mais simples, contendo apenas os dados principais. Estes livros são bem completos, mostrando com riqueza de detalhes

informações sobre o aspecto físico e psicológico do paciente; além do tratamento da doença diagnosticada, foram anexados à ficha de observação do paciente: fotos, exames clínicos, testes psicológicos, cartas pessoais e recortes de jornal de época;

- 30 fotografias (1910–1938), o acervo de registros fotográficos documenta construções existentes no antigo complexo asilar do Hospital Nacional de Alienados e do Pavilhão de Observações, registrando mudanças ocorridas nos prédios e espaços; imagens do corpo técnico administrativo; professores e médicos;
- 1 livro de Atas da Sociedade Brasileira de Neurologia, Psychiatria e Medicina Legal (1931), onde constam apenas as datas das reuniões e assinaturas de conhecidos psiquiatras como: Juliano Moreira, Nise da Silveira, Ulyses Vianna, Heitor Carrilho, Henrique Roxo, Adauto Botelho dentre outros.
- 122 recortes de jornais (1909 a 1938), com matérias sobre os pacientes relatando o motivo pelos quais os mesmos foram internados e particularidades sobre cada caso específico;
- 28 negativos em vidro, provavelmente do final do século XIX ou princípio do XX. Ainda não foi possível identificar o local, provavelmente retrata uma colônia de alienados européia, visitada por psiquiatras brasileiros, com o intuito de coletar novos dados para possível implantação de melhorias na assistência aos alienados no Brasil. Era comum, nesse período, que alienistas brasileiros viajassem a pedido do governo para conhecer instituições asilares estrangeira, em especial as européias, com objetivo de verificar os avanços no tratamento, novos equipamentos e pesquisas utilizadas na terapêutica das doenças mentais;
- 1 caderneta de anotações de autoria de Charles Brooking, manuscrita e datada de 1938, intitulada ‘terapêutica psiquiátrica segundo as fórmulas do Prof. Henrique Roxo’. Contém apontamentos das aulas ministradas por este docente, com os resumos da terapêutica para o tratamento de moléstias do sistema nervoso e fórmulas de medicamentos a partir de extratos de plantas.

Conhecer estas fontes permite ao pesquisador compreender as transformações dos métodos de tratamento clínico, dos diagnósticos, da terapêutica prescrita, das práticas médicas de um determinado período; vislumbrar impressões pessoais, costumes e o comportamento dos atores sociais envolvidos no processo de institucionalização da loucura no Brasil. Contribuem para a compreensão do papel social da Instituição como espaço de ensino e pesquisa, na medida em que esta colaborou na formação dos primeiros psiquiatras brasileiros.



Conclusão

Parte significativa destas fontes já se encontra organizada e disponibilizada para pesquisas, embora a segunda fase do plano de trabalho, referente ao processamento técnico e gerenciamento de riscos, ainda esteja em execução. É importante enfatizar que as melhorias realizadas nos últimos anos foram responsáveis por um maior acesso dos pesquisadores ao acervo, contribuindo assim, com o avanço da pesquisa e intercâmbio com diversas instituições. Em 2014 estes documentos foram inscritos no Registro Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO e passaram a denominar-se Coleção Memória da Psiquiatria Brasileira.

A Biblioteca Prof. João Ferreira da Silva Filho, ao responsabilizar-se pela guarda deste material e dos demais documentos que foram aos poucos incorporados a esta Coleção, reconheceu a necessidade de se criar o Núcleo de Memória Institucional. Este Núcleo tem o propósito de recuperar dados referentes ao passado e preservar a história atual do IPUB/UFRJ para as gerações futuras, independente da mídia pela qual as informações sobre a Unidade estão sendo veiculadas.

Referências

ARRUDA, Elso. **Resumo histórico da psiquiatria brasileira**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. **Diário do hospício; o cemitério dos vivos**. São Paulo : Cosac Naify, 2010.

CASSARES, N.C. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas**. São Paulo : Arquivo do Estado : Imprensa Oficial, 2000.

Decreto n. 896 de 29 de junho de 1892. Disponível em:<legis.senado.leg.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=68884&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>. Acesso em: 13 jun. 2015.

Decreto n. 1559 de 7 de outubro de 1893. Disponível em:<<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=73225&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>>. Acesso em: 04 jun. 2012.

Decreto-Lei n. 591 de 03 de agosto de 1938. Disponível em:<<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=100713&tipoDocumento=DEL&tipoTexto=PUB>>. Acesso em: 04 jun. 2012.

ENGEL, Magali Gouveia. **Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios**: Rio de Janeiro, 1830-1930. Rio de Janeiro : Fiocruz, 2001.



FACCHINETTI, C. et al. No labirinto das fontes do Hospício Nacional de Alienados: História, **Revista HistóriaCiências Saúde-Manguinhos**. V.17, supl.2 dez. 2010. p.733-768.

MATHIAS, C. et al. One hundred and twenty years from the former Pavilion for Clinical Observation to the National Lunatic Asylum, later Institute of Psychiatry –Federal University of Rio de Janeiro. **J Med Biogr**. first published on June 26, 2014.

MEDEIROS, Tácito. **Formação do modelo assistencial psiquiátrico no Brasil**. 1977. 165 f. Dissertação (Mestrado em Psiquiatria) - Instituto de Psiquiatria, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro

MUÑOZ, P.F.N., FACCHINETTI, C., DIAS, A.A.T. Suspeitos em observação nas redes da psiquiatria: o Pavilhão de Observações (1894-1930). **Memorandum**, 20, p.83-104. Disponível em:<<http://www.fafich.ufmg.br/memorandum/revista/wp-content/uploads/2011/06/munozfacchinettidias01.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2012.

NUNES, E.P., HOIRISH. Psiquiatria. In: GOMES, M.M., VARGAS, S.S.M., VALLADARES, A.F. (eds). A faculdade de medicina primaz do Rio de Janeiro: em dois séculos de história do Brasil. São Paulo : Atheneu, 2001. p.175-179.

ROXO, Henrique. Instituto de Psiquiatria. Anais do Instituto de Psiquiatria, Rio de Janeiro, volume único. 1942. p.3-11.

SPINELLI JÚNIOR, J. **A conservação de acervos bibliográficos e documental**. Rio de Janeiro : Biblioteca Nacional, 1997.

OLIVEIRA, W.V. **A cidade observada: o Pavilhão de Observações do Hospício Nacional de Alienados e o ensino da psiquiatria no Brasil**. Disponível em<http://www.sbh.org.br/resources/anais/10/1345060867_ARQUIVO_sbhccompleto.pdf>. Acesso em: 05 set. 2013.

VENÂNCIO, A.T.A. **Ciência psiquiátrica e política assistencial: a criação do Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil**. História, ciências, saúde-Manguinhos. v.10 n.3. 2003. P.883-900.